



## A REVISTA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS: PRIMEIRA FASE (1937-1944)

EKRISTAYNE MEDEIROS DE LIMA SANTOS <sup>1</sup>

### A Revista de Educação

A criação da Revista de Educação, no estado de Goiás, remonta ao início da década de 1930, quando o Secretário de Interior e Justiça do Estado de Goiás, Dr. José Gumercindo Marquez Otero, criou a “Seção Pedagógica” no Correio Oficial, que foi dirigida pelo Professor José Cardoso. Segundo o Dr. Wilson Lourenço Dias, Secretário de Educação do Estado, em 1959:

[...] foi essa seção a precursora da Revista de Educação e História do Estado de Goiás, instituída pelo Decreto nº 3.482, de 12 de junho de 1933, que deixou de circular depois de uma fase de divulgação sobre as questões relativas à educação e à história do próprio estado. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 37, 1959, p. 25).

Nessa fase inicial, não se encontraram indícios sobre qualquer numeração, formato e/ou quantidade de exemplares da revista que tenha circulado. Por essa razão, a primeira fase da revista foi considerada a partir do exemplar de nº 1, publicado em 1937. Mas foi o ano de 1933 que marcou a criação da Revista de Educação, ano em que o Estado de Goiás preocupava-se em criar um Órgão Oficial que disseminasse as novas perspectivas educacionais que circulavam pelo País. A revista foi criada no ano seguinte à publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, pelo Decreto de criação nº 3.482, de 12 de junho e assinado por Pedro Ludovico Teixeira e José de Carvalho dos S. Azevedo. O Decreto dispôs, na íntegra, a seguinte redação:

Da criação de um órgão oficial do ensino que ventile as questões pedagógicas contemporâneas e dê curso a todas as resoluções oficiais que interessem á instrução primária, secundária e superior; Considerando que é cada vez mais sensível a lacuna da inexistência desse órgão; considerando que ela contribuirá, para o melhor aparelhamento do professorado, difundindo as teses pedagógicas mais palpitantes da

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Escolar pela UNESP/ Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara - SP



atualidade despertando o interesse pelas novas conquistas do ensino e permitindo o intercâmbio de idéias de nossos professores e os professores das demais unidades da federação; considerando ainda que muitos lucrarão com a medida os corpos discentes do Estado, que terão o estímulo de ver divulgados os seus trabalhos dignos de menção; considerando que os atuais vencimentos dos professores não lhes permitem assinar outra revista pedagógica, que os coloquem a par dos progressos da pedagogia em nossos dias; considerando que, atendendo, patrioticamente, ao apelo da Diretoria Geral de Interiores, a grande dos municípios goianos se prontificou a manter um órgão oficial de ensino, correspondendo cada prefeitura com a mensalidade de 10\$000; e considerando que não dispõe o Estado de uma revista histórica. e que incumbe ao Governo cultivar a história, despertando o interesse pelo seu estudo; Considerando o alto alcance da medida resolve:

Art. 1º - Fica criada, neste Estado, uma revista oficial de instrução, nos moldes da revista congênere de Minas Gerais, que se denominará Revista Goiana de Educação e História.

Art. 2º - Dita revista será mensal, devendo ser editada nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado.

Art. 3º - O novo o órgão de publicidade terá como o diretor nato o Diretor Geral do Interior e vice-diretor, o Diretor do Liceu de Goiás.

Art. 4º - a assinatura da revista é obrigatória para todos os professores de institutos primários, secundários e superiores que deverão contribuir para a mesma com a importância mensal de um mil de réis (1\$000), descontado em folha. § único – Ficam isentos dessa contribuição os professores aposentados ou inativos.

Art. 5º - revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da presidência do Estado de Goiás, 12 de junho de 1933, 45º da Republica. (GOIÁS, 1933).

Em 1937, ano em que a revista começou a circular, o país vivia um momento de grande agitação política e econômica. Foi nesse período que se instalou o Estado Novo no Brasil. A Revista fez parte do conjunto de políticas articuladas durante o Estado Novo para dar visibilidade às ações do governo de Getúlio Vargas, bem como disseminar a ideia do homem devoto à nação e ao sentimento de nacionalidade. O Estado de Goiás movimentou-se no sentido de se colocar em destaque no cenário nacional como um dos grandes colaboradores no projeto de construção de uma nova nação através da educação escolar. Mas, para isso, era preciso remodelar a escola goiana. A situação da educação no Estado não era alentadora. Segundo o IBGE, em 1940, a população total do Estado era de 826.414 (oitocentos e vinte e seis mil quatrocentos e quatorze) pessoas. Dessas, 27,58% declararam saber ler e escrever e 72,42% declararam não serem alfabetizados ou não declararam nada (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 37, 1959, p. 37).

Em setembro de 1937, o Diretor Geral do Interior, Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, fez publicar o exemplar de número um, dando início ao que se denominou aqui como a primeira fase da Revista de Educação. Essa fase corresponde ao período de “[...] setembro de



1937 a junho de 1944 [...] sob os números de 1 a 21.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 37, 1959, p. 25). Dos 21 números publicados naquele momento, apenas três foram localizados no Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Quadro 1 – Mapa de números localizados – primeira fase (1937-1944)

MAPA DE NÚMEROS LOCALIZADOS – PRIMEIRA FASE (1937-1944)												
Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez.
1937												N.2
1938												
1939												N.9
1940										N. 12		
1941												
1942												
1943												
1944												

Exemplares do acervo do AHEG - Arquivo Histórico Estadual de Goiás

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940).

Observando o quadro acima descrito, é possível dizer que nessa primeira fase os números foram sequenciados de 1 a 21. O primeiro número da revista (não localizado) foi publicado em setembro 1937, seguido do n. 2 (localizado) que foi publicado em novembro do mesmo ano. O próximo número localizado foi o de nº 9. Destaca-se que entre o nº 2 e o nº 9 estão ausentes seis números, o que evidencia uma lacuna de vinte e dois meses (1938-1939), apontando para uma média de publicação de um número a cada 3,6 meses.

No ano de 1940, foi localizada apenas a revista de nº 12. Os exemplares relativos aos nº 10 e 11 não foram localizados, o que representa uma lacuna de oito meses, a qual indica uma média de publicação de um número a cada quatro meses. Entre a revista de nº 12 (a última dessa fase que foi localizada) e a de nº 21 (o último número na primeira fase – não localizada), existe a lacuna de 50 meses (1941-1944). Nesse período, nota-se a ausência de nove números não localizados, o que representa uma média de um número publicado a cada 5,5 meses. Nesse período de 50 meses (1941-1944), não se tem informação ou qualquer indicação de como se deu a distribuição desses nove números.

Embora tenham sido localizados apenas três números dos 21 que compõem a primeira fase da revista (1937-1944), os dados observados indicam a carência da regularidade na periodicidade da Revista. O Art. 2º do Decreto de criação da Revista dispõe que a “Revista será mensal”, no entanto, nos três números localizados, a publicação se apresentou de forma



bimestral. A Revista nº. 2 contempla os meses de novembro/dezembro de 1937, a de nº. 9 novembro/dezembro de 1939 e a de nº. 12 setembro/outubro de 1940. Ao se relacionar a quantidade de números da revista com a lacuna temporal, identifica-se que a média/mês para os números publicados variou bastante.

A primeira fase da revista perdurou por oito anos (1937 a 1944), com vinte e um números, os quais foram todos publicados pela Tipografia Popular J. Câmara e Irmãos - Goiânia. Sobre a tiragem, não se tem informação nem qualquer dado que permita levantar hipóteses acerca da quantidade de exemplares distribuídos por cada número publicado.

Um olhar mais atento sobre os três números leva à constatação de que há uma diferença entre o nome impresso na capa da revista e o que consta no Decreto de sua criação. Na capa da revista lê-se “*Revista de Educação*”; já no Decreto, a denominação é “*Revista Goiana de Educação e História*”, nome que não aparece em nenhum dos três números. Entretanto, na contracapa do exemplar de nº2 da “*Revista de Educação*”, consta o Decreto que a criou. Assim, pelo número do decreto que instituiu a revista é que se entendeu que se trata do mesmo periódico.

Quadro 2 – Aspectos físicos da Revista – primeira fase

ASPECTOS FÍSICOS DA REVISTA – PRIMEIRA FASE					
Número/ ano da revista	Mês/Ano da publicação	Encadernação	Cor	Capa/contracapa/ sumário /índice	Número de páginas
N. 2 (Ano 1)	Nov/Dez de 1937	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/não	50
N. 9 (Ano 3)	Nov/Dez de 1939	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/não	32
N. 12(Ano 5)	Set/Out de 1940	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/não	27

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940).

O quadro acima apresenta dados que auxiliam na compreensão dos aspectos físicos da Revista. O primeiro item “número/ano da revista” corresponde ao número da revista e o ano de circulação da revista. O exemplar de nº 2 foi publicado em 1937, no ano 1 – período em que a revista circulou. O exemplar de nº 9 foi publicado em 1939, correspondendo ao ano 3, momento em que a Revista circulou. E, por fim, o exemplar de nº 12, publicado em 1940, que corresponde ao ano 5. Esses dados corroboram o que já foi apresentado no quadro 1.

Quanto à periodicidade “mês/ano de publicação”, não há evidências de regularidade, como consta no Art. 2º do Decreto de criação, que organiza a Revista a partir de uma publicação mensal. Como descrito no quadro 2 e na informação presente na revista, a publicação seria bimestral. No entanto, não se pode afirmar que essa bimestralidade tenha



ocorrido com todos os exemplares, devido à escassez de fontes para análise, exceto os três números localizados. Os itens do quadro 2 referentes a “tamanho (cm) / encadernação, cor , capa/contracapa/ sumário/índice e número de páginas” auxiliam na compreensão dos aspectos físicos do periódico.

Sobre a direção do novo órgão de publicidade, o Decreto de criação dispôs, no seu Art. 3º, que a Revista teria “como o diretor nato o Diretor Geral do Interior e vice-diretor, o Diretor do Liceu de Goiás.” (Decreto n 3.482). Dos três números localizados, apenas no exemplar de nº 2 constam os nomes do diretor e do redator da revista. Em relação à vice-direção, nada consta nos exemplares analisados.

Quadro 3 – Diretor e/ou Redator

Revista	Diretor e /ou Redator
N. 2	<b>Diretor:</b> Dr. Vasco dos Reis Gonçalves <b>Redator:</b> Professor Gentil Augusto Lino
N. 9	Não consta registro no exemplar
N. 12	Não consta registro no exemplar

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940).

De fato, o Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, Diretor Geral do Interior, foi também o diretor da revista. Conforme Ramos (1968), Gonçalves é natural da cidade de Bela Vista-GO e ingressou na Faculdade Nacional de Medicina (Rio de Janeiro) em 1922. Em 1927, já formado, retornou ao Estado de Goiás. Com a vitoriosa Revolução de 1930, passou a integrar um grupo de políticos que apoiava o interventor Pedro Ludovico Teixeira, na ideia de transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia. Em 1937, com o professor Gentil Augusto Lino, reativa a “Revista de Educação” (RAMOS, 1968).

O professor Gentil Augusto Lino foi redator da revista, sendo designado pela Diretoria Geral de Interiores para dirigir os trabalhos do I Congresso de Educação de Goiás. Durante o congresso, ele tratou dos aspectos relativos às diferentes concepções da Escola Ativa “[...] ora esmerilhando conceitos teóricos, ora ensaiando a prática, tendo com isso demonstrado uma alta aptidão didática a par de uma vasta cultura geral e pedagógica.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 15).

A revista constituiu-se como um instrumento de subsídio ao professor, fazendo circular e difundir as questões e teses pedagógicas em voga no período. Trata-se de um veículo que disseminou um novo paradigma para a educação escolar, com a introdução do ideário da Escola Nova, sendo seu principal leitor o próprio professor. O Art. 4º do Decreto de



criação da Revista dita sobre a obrigatoriedade da assinatura da revista “[...] para todos os professores de institutos primários, secundários e superiores que deverão contribuir para a mesma com a importância mensal de hum mil réis (1\$000), descontado em folha. § único – Ficam isentos dessa contribuição os professores aposentados ou inativos.” (GOIÁS, 1933).

Na figura que segue, é possível identificar o valor da assinatura anual de quinze mil réis (15\$000). A assinatura semestral correspondia a oito mil réis (8\$000), além do preço do exemplar avulso, que custava (3\$000), sendo, portanto, mais vantajoso obter assinatura anual. Havia diferenças com relação ao valor que constava no Decreto e os valores que se apresentavam na Revista. Pelo Decreto (1933), hipoteticamente o professorado investiria doze mil réis (12\$000) por ano, para receber a revista, que, segundo o próprio Decreto, era obrigatório.

Contudo, a adesão parecia não ser obrigatória, pois se fazia necessário que o interessado dirigisse o pedido de assinatura à Diretoria Geral de Interiores, escolhendo a forma de assinatura, se anual, semestral e até a compra de números avulsos.

Sobre os valores, a revista apresentou ainda uma tabela de preço para anúncios e ressaltava: “[...] só se aceitam anúncios que tenham interesse para o ensino ou para os professores.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, sem paginação).

Quadro 4 – Valores para publicação na Revista

NA CAPA- lado externo -1 página _____	120\$000
_____ 1/2 _____	( ilegível)
_____ 1/4 _____	35\$000
_____ lado interno- 1 página _____	80\$000
_____ 1/2 _____	50\$000
_____ 1/4 _____	30\$000
<b>EM PÁGNAS SUPLEMENTARES</b>	
_____ lado interno- 1 página _____	60\$000
_____ 1/2 _____	40\$000
_____ 1/4 _____	25\$000
Para publicar por 3, 6, 9 e 12 vezes, haverá desconto de 10,20. 30 e 40 por cento, respectivamente. Os anúncios no corpo da revista em forma de artigo pagarão preços especiais previamente combinados.	

Fonte: Revista de Educação (n. 2, 1937)

A assinatura assegurava ao “franqueado” o direito à publicação de artigos educacionais na própria revista. Portanto, a maioria dos colaboradores eram assinantes, incluindo pessoas de outros estados. No quadro a seguir, constam os nomes e funções dos



colaboradores que publicaram nos três números e a quantidade de artigos publicados. Os três números somaram um total de quarenta artigos. Desses, trinta e um artigos tinham a assinatura do autor e nove não constavam autoria. Nesse aspecto, identificaram-se vinte e cinco colaboradores que publicaram nos três números da Revista. Não foi possível dimensionar estatisticamente o número de colaboradores e tampouco a quantidade de artigos publicados por esses.

Quadro 5 – Colaboradores dos números localizados da primeira fase

COLABORADORES DOS NÚMEROS LOCALIZADOS DA PRIMEIRA FASE	
Autor – Nome/ função	Número de colaboração
A.A. Fleury/ <i>Catedrático de química do Liceu de Goiás</i>	01
Alice Aquino/ <i>Professora</i>	01
Amália Hermano Teixeira/ <i>Não consta</i>	01
Costa Rego/ <i>Não consta</i>	01
Cristina Dias/ <i>Professora técnica de Minas</i>	01
Dr. Máximos Domingues/ <i>Não consta</i>	02
Dr. Vasco dos Reis/ <i>Secretário Geral de Interiores</i>	02
Dr. Victor Coelho de Almeida/ <i>Não consta</i>	01
E. F. Kunicki/ <i>Professor</i>	01
Gentil Augusto Lino/ <i>professor e redator da revista</i>	01
Geraldo Valle/ <i>Não consta</i>	01
Graziela Felix de Sousa/ <i>Professora em Pires do Rio</i>	01
Iveta Cunha Campos/ <i>Não consta</i>	01
Jandira Hermano/ <i>Não consta</i>	01
Laurinds S. de Oliveira Moura/ <i>Não consta</i>	01
Maria de Lurdes Lisboa e Castro/ <i>Não consta</i>	01
Maria M. Saldanha/ <i>Não consta</i>	01
Modestina das Dores Fonseca/ <i>Não consta</i>	01
Ophelia S. do Nascimento Monteiro/ <i>Profa de Didática da E. Normal Oficial</i>	02
Pedro Celestino da Silva Filho/ <i>Professor</i>	01
Prof. Hélio Povoia/ <i>Chefe do serviço de Nutrição da Policlínica do Rio de Janeiro.</i>	01
Sostenes Vasconcelos/ <i>Professor</i>	01
V. de Almeida/ <i>Não consta</i>	01

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940)

As abreviações dos nomes e a nomenclatura do cargo ou função dos colaboradores foram dispostas no quadro conforme aparecem na revista. Dos vinte cinco colaboradores, apenas doze, indicaram cargo ou função referente à educação; dos outros treze, não constam a indicação do cargo e/ou função.

### Conteúdos e Seções

O conteúdo do segundo número da Revista estava vinculado ao Primeiro Congresso de Educação de Goiás, realizado no dia 20 de outubro de 1937, na cidade de Goiânia, pelo então Governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Esse congresso foi considerado, na ótica de Vasco dos Reis, a pedra fundamental “rumo à escola renovada”.



Nas revistas de número 9 e 12, os artigos dedicavam-se à discussão sobre os programas de Ensino na Escola Nova, a utilização dos testes de inteligência, a organização das classes, a escolhas do livro didático, discussões sobre a cultura geral do professor, os discursos de formatura, planos e sugestões de aula em diferentes disciplinas, como, por exemplo, na Geografia e Português, além das novas medidas e modificações na legislação. Observando os sumários, com exceção do exemplar de nº 2, que não apresentava uma estrutura de seções por se tratar de um número especial ligado a um evento específico, os exemplares de nº 9 e de nº 12, por sua vez, compartilhavam da mesma organização editorial.

Quadro 6 – Seções da Revista

SEÇÕES	N. 2	N. 9	N. 12
Colaboração	-	X	X
Discursos	-	X	X
Transcrições	-	-	X
Programa	-	X	-
Legislação	-	-	X
Noticiário Escolar	-	X	X
[X] presença [ - ] ausência			

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940)

Percebe-se que, quase todas as seções estavam presentes nos dois números 9 e 12. Compreende-se que a estrutura organizacional era baseada de fato em seções. O que não se pode afirmar que isso se efetivou nos números não localizados.

### A Escola Nova na Revista de Educação

A Revista foi um Órgão Oficial do Ensino que difundiu as novas questões pedagógicas e todas as resoluções Oficiais pertinentes ao Ensino Primário, Secundário e Superior do Estado. Tratava-se de um veículo onde o poder público estadual dava, a saber, sobre o movimento da “Escola Nova”.

O segundo número da revista apresentou uma formatação especial, pois se dedicou ao primeiro Congresso de Educação de Goiás. “Nesse segundo número se consignam, em parte, as atividades desenvolvidas através das sessões do Congresso [...] fosse maior as proporções da Revista mais conteúdo teria para publicar.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 1). Nesse congresso, foram abordadas as novas medidas e ações necessárias para a implantação do novo programa educacional do Estado, rumo à escola renovada. As pretensões do programa, de modo geral, segundo consta na revista eram:



1. Dar a Escola Primária do Estado todas as possibilidades da educação integral, física moral e intelectual do homem, de acordo com as exigências do meio. 2. Escolher dentre a elite de professores um corpo de técnicos para orientação e administração escolar. 3. Criar a Escola Rural adaptada às condições sociais e econômicas do meio e instituir em todo o Estado a Escola Nova ou Renovada. 4. Criar um Curso de aperfeiçoamento para os candidatos ao Magistério Primário e Normal para formação de um professorado a altura das exigências da Escola Nova. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 8-9).

A seguir, a revista de nº 2 apresentou a súmula das teses discutidas no Primeiro Congresso de Educação de Goiás. O congresso foi dedicado à implantação da Escola Nova no estado, especialmente no ensino primário.

- Primeira tese -

A Escola Nova desenvolverá em todo o Estado através de palestra, conferência, artigos para imprensa, organizações de instituições escolares, adoção de métodos especializados para os Grupos, formação de bibliotecas, intensa política educativa que integre à escola no ambiente brasileiro, adaptada a fisionomia de cada meio, suas normas de vida e trabalho, possibilidades específicas e condições gerais.

- Segunda tese -

Reclamam, pois os congressistas que representaram a elite do professorado goiano, as seguintes providências que pedem sejam imediatas ou mediatas, segundo um senso de realização estabelecido pelo Governo, no surgimento do ensino primário do Estado:

- a) Que seja criado um corpo de orientadores técnicos, composto pela elite do professorado goiano, para coadjuvar os diretores e professores no advento da Escola Ativa;
- b) Que seja elaborado um plano de orientação técnica para as Escolas previdente quando a natureza do meio;
- c) Que criem em cada Escola Primária, bibliotecas para professores e alunos de caráter ativo, com obras indicadas pela Chefia técnica do Ensino;
- d) Que se organize em cada Grupo Escolar um museu especializado;
- e) Que se desenvolva intensivamente o ensino Rural no Estado;
- f) Que sejam fundados Clubes escolares ao lado do agrícola;
- g) Que sejam fundadas caixas escolares de feição cooperativista;
- h) Que sejam criados nas Escolas os círculos de pais e professores;
- i) Que sejam criados os refeitórios escolares;
- j) Que seja criado o cargo de professor de educação física;
- k) Que seja criado um serviço de assistência médica e dentária nas escolas;
- l) Que seja criado o cargo de professor estagiaria
- m) Que seja criado em todos os Grupos escolares, o quarto ano primário;
- n) Que seja criado o cargo de professor assistente, para organizar a escrita do Grupo, dar aulas e cuidar do asseio e saúde de todos os alunos;
- o) Que seja fundada em Goiânia uma Escola de Aperfeiçoamento. Mas antes disso, para atender as necessidades do momento, fundar nesta mesma Capital um curso de Pedagogia prática para professores em exercícios;
- p) Que seja criado um premonitório para as crianças tendentes a delinqüência, que não pode frequentar a escola comum;

- q) Que seja criada uma sub-diretoria de ensino em o Norte do Estado dirigida por um orientador técnico;
- r) Que seja instituído prêmios para os professores que mais se salientarem na organização da Escola Ativa
- s) Que seja instituídos concursos para provimento das cadeiras das escolas secundárias, normais e primárias, sendo que a professora portadora de certificado do curso prático de pedagogia fiquem dispensadas do referido curso;
- t) Que seja aumentado os vencimentos dos professores primários de acordo com um senso de aproveitamento estabelecido;
- u) Que seja criado em cada Grupo Escolar uma sessão de avicultura;
- v) Que seja criado em cada Grupo Escolar, uma escola de Escoteiros;
- w) Que seja criada um posto de higiene escolar pelas prefeituras, custeado pela verba da Assistência Social;
- x) Que seja instituída a semana fazendeiro;
- y) Que se enviem para educandários especializados, nossas crianças que revela forte tendência para artes;
- z) Que se adote em todos s Grupos Escolares, escolas isoladas complementares, o método intuitivo;
- aa) Que haja um rigoroso senso estatístico dos trabalhos rumo á Escola Nova;
- bb) Que se abra um concurso para a escolha do melhor livro de leitura que há de ser adotado em nosso Grupo escolar no 3° e 4 ° ano livro este que deverá ser escrito dentro de um senso didático para as series a que se destina, trazendo, da maneira mais atrativa possível, a discrição de nossa majestosa natureza: riqueza mineral, vegetal e animal, que fale de nosso feito heróico. Enfim que aborde Goiás em todos os seus aspectos. Ao vencedor será oferecido valioso premio. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 9-11).

A terceira tese ocupou-se em definir as finalidades da Escola Primária e sua função social.

- Terceira tese-  
 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PRIMÁRIA

- 1) – Os principais fins da escola primária.
  - a) Sua orientação pedagógica
  - b) Sua unidade didática
  - c) Sua relação com os pais e governo
- 2) – O que um Grupo Escolar deve possuir e manter
  - a) Material didático conveniente
  - b) Um corpo docente reunido em uma congregação
  - c) Uma biblioteca para alunos e outra para professores
  - d) Um museu organizado
  - e) Um tabuleiro de areia
  - f) Um refeitório
  - g) Um arquivo para alunos
  - h) Uma caixa escolar
  - i) Um terreno pelo menos com um hectare de terra
- 3) – Deve manter
  - a) Material didático
  - b) Um Clube Agrícola
  - c) Uma Escola de Escoteiros
  - d) Uma sala consagrada ao município
  - e) Estreitas relações com seu orientador técnico
  - f) Constante intercambio com a prefeitura municipal

- g) Disciplina baseada na obediência ativa
- h) Um livro para as impressões do assistente técnico
- i) Horários de acordo
- j) Um rigoroso controle em todas as escritas da Escola. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 28).

Na quarta tese, o eixo de análise foi dedicado à figura do diretor da escola Primária e sua função diante da nova perspectiva educacional.

- Quarta tese -  
PAPEL DO DIRETOR NA ESCOLA

- 1) Como a organização da escola é presa a uma organização geral - o diretor é um <líder> que exerce uma autoridade derivada. Interpreta as ordens das autoridades supremas, conforme a lei da situação.
- 2) O diretor precisa ser DOUTRINADOR – aquele que conhece a fundo o objetivo da organização que dirige e que saiba transmitir o conhecimento quando necessário.
- 3) Conhecimento que o diretor deve ter:
  - a) Bases de organização: coordenação – integração das partes num todo. O diretor é o agente coordenador.
  - b) Delegação de poderes: divisão e atribuição de trabalho.
  - 4) Aspectos de uma direção
    - a) Obediência cega: direção mecânica, que não produzirá resultado algum.
    - b) Compreensão: cooperação inteligente de resultado sempre benéfico.
  - 5) Faces do problema que lida
    - a) Função da escola primária: amadurecimento intelectual do aluno.
    - b) A saúde das crianças
    - c) Médicos, educadores, higiene geral e individual
    - d) A Didática
- I – o diretor também é um orientador
- II – o diretor responde por todos os resultados
- 6) Os sentidos da expressão (os métodos dos projetos)  
O diretor não pode se desinteressar do que constitui sua função: projetar.  
Todas as experiências que tendem a melhorar o ensino devem merecer o apoio e o interesse do diretor se inquietasse nem deve ser um burocrata passivo e cumpridor de ordens.
- 7) Qualidades que um diretor deve possuir
  - a) Inteligência
  - I – Ser bastante forte para conhecer coisa diversa do que existe
  - II – força de espírito
  - III – capacidade de trabalho
  - b) Critério – prudência, senso prático ou bom senso. Senso de medida – senso da oportunidade e possibilidade.
  - 8) Superioridade – Cultura geral (embora sem especialização técnica)
  - 9) Vontade – coragem para iniciativa, coragem com as responsabilidades.
  - 10) Entusiasmo e convicção.
  - 11) Paciência – para ouvir, dirigir, suportar, orientar, coordenar e apaziguar. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 28-29).



A quinta tese debruça-se sobre os fundamentos da Escola Nova. Nessa nova perspectiva educacional, a criança é o centro das preocupações e atenções no que se refere ao processo ensino-aprendizagem.

- Quinta tese -

#### A PERSONALIDADE DA CRIANÇA

- 1) A criança não é um adulto em miniatura
- 2) O interesse é a criança
- 3) O perigo dos complexos
- 4) A formação do caráter
- 5) Os problemas biológicos da criança
- 6) A obediência ativa e passiva
- 7) O professor e as histórias
- 8) Os professores precisam conhecer a família das crianças
- 9) Crianças degeneradas (taras mórbidas)
- 10) A homogeneização das turmas pelo teste de escolaridade
- 11) Fichários dos alunos
- 12) A mentira das crianças (tendência para a cleptomania)

---

O professor deve conhecer bem psicologia experimental

- a) A função ativa da biblioteca dos professores
- b) O professor e a classe
- c) Dificuldades de seleção
- d) Inteliências precoces. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 29).

Nas conclusões da quinta tese emergem a formação do professor e as novas exigências que se impunham. O artigo “Novo rumo a Escola Primária em Goiás”, escrito pela professora Graziela Felix de Sousa, da cidade de Pires do Rio, destaca:

A dificuldade que tem sido enorme barreira para o progresso da educação em nosso Estado, é a falta de método, ou melhor, a lamentável dificuldade pedagógica dos nossos professores [...] Daí, a necessidade da criação imediata de uma escola de aperfeiçoamento em Goiânia, dirigida por técnicos, na qual os professores, disseminados pelo Grupo Escolar do Estado, devidamente escalados pelo Governo, possam fazer curso de especialização, e que esse estabelecimento adote, como o de Minas Gerais, a Escola Ativa. Sim, a escola Ativa ou moderna é a que deve substituir o empirismo didático reinante nas escolas. E que esse instituto empregue oficialmente um método único para ser rigoroso somente observado em todos Grupos Escolares e para ser ensinado aos que cursam as nossas escolas normais. Em Minas, o método oficial é o Global. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 40).

Complementando a preocupação com o aperfeiçoamento do professorado, o redator da Revista, professor Gentil Augusto Lino, aconselha as professoras a leitura das seguintes obras:

- La educacion activa, José Mallart y Cuto
- Didático General, A. y. J. Schleder
- O método Decroly, Amelia Hemaide.
- Teoria sobre La educacion, La Leitura, Madrid
- Escola Nova, Lourenço Filho.
- Les Enfants Anormaux, Afred Binet et Th. Simon.
- Vida e Educação, John Dewey
- Educação e sociologia, Emile Duhein.
- Hereditariedade em face da educação, Otavio Domingues
- El Alma del educacion y el problema de La formacion del maestro, Georg Kerschensteinei.
- Como se ensina a Geografia. A. F. Proença.
- História da educação, Afrânio Peixoto
- Teste de inteligência. Binet ET Simon
- Técnica da Pedagogia Moderna, Evrealdo Bacheuzer
- Teste de organização escolar, Isaias Alves
- La Teoria de La estrutura, Kurt Kolke
- La inteligencia y La conducta, John Dekey
- Educação para uma civilização em mudança, Wiliam Heard Kilpatrick.
- Orientação Profissional, J. Ruttimann
- Educação Funcional, Ed. Claparedee
- Temperamento e Caráter, Henrique Geen.
- Pedagogia experimental, W. A Lay
- Psicologia del Niños, Domigos Barnes.
- O mundo Interior, Farias Brito.
- Jogos educacionais, Drecoly e Mile Monchamp
- Didatica de La Escuela Nueva, A. M. Aguayo
- Sociologia, Delgado de Carvalho
- Os Centros de interesses na Escola, Abiner de Moura
- Projeto da Escola Nova ( Projet d'ecole Nouvelle, Ad. Ferriere)
- Democracia e Educação, Jonh Dewey.
- O Emilio, Rousseau.
- Psicologia, José Ingeneiro.
- Revista de Educação do Estado de S. Paulo.
- Revista de Educação do Estado de Minas Gerais.
- A Escola Ativa, Firmino Costa.
- Aprender a estudar, Firmino Costa.
- Lições de Pedagogia, Bonfim. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 31).

A sexta e última tese centrou-se na análise da saúde na escola. Trata do problema da “Saúde pela Escola Primária”, cujo foco é o de instruir o professor a “[...] aproveitar a oportunidade do trânsito da criança pela escola, para incutir-lhes hábitos e noções de higiene influenciando em seu próprio lar.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 29). A sexta tese recomendava que a escola tivesse vigilância constante sobre a saúde do aluno. Ao diretor caberia fazer inspeção diária na entrada e na saída, reconhecendo pessoalmente cada aluno. E ainda tratar da assistência escolar e cumprir com o dever do Estado em oferecer assistência médica, dentária, higiênica e verificar a necessidade de assistência alimentar para a criança. Nesse sentido, havia a recomendação para o cultivo de hortas.



A sexta tese ainda dispunha sobre a assistência financeira para o vestuário e material escolar, além de ressaltar a necessidade de se manter as escolas em boas condições de instalação, primando, dessa forma, pela conservação da saúde. A tese defendia a integração do Estado, do Município e das instituições particulares para alcançar a “Saúde na Escola”.

A partir dessas teses, os princípios de renovação do Ensino Primário no Estado de Goiás ganharam destaque. No artigo: “Reflexões sobre o Congresso e as necessidades de nosso aparelho educacional.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 12-14), o texto menciona as expectativas dos congressistas na elaboração de um plano de trabalho que fosse eficaz no cumprimento dos anseios apontados em súmula. Assim, na primeira parte do artigo, está presente o posicionamento da elite do professorado goiano, que atribuirá o sucesso ou o fracasso da implantação de um novo programa à construção de um plano de trabalho eficaz, desde que integre a administração municipal, o “Grupo” (a elite do professorado e o Governo estadual) e os pais.

Na segunda parte do artigo, constam as considerações finais da Diretoria Geral do Interior (poder público), no concernente aos acordos estabelecidos entre o poder público e o professorado. Cumpre assinalar que a Diretoria acatou as sugestões dos professores congressistas, ressaltando, entretanto, que no estado de Goiás havia tudo por fazer. Nesse sentido, a diretoria explicou que as ações não deveriam ser colocadas, segundo Vasco Reis, “debaixo da técnica”, uma vez que, para atingir o objetivo de renovação educacional, era preciso tempo e perseverança, “tudo precisa de tempo”. Como disse ele: “Esperem os Srs. governadores municipais as providências que surgirão, pois hão de estar elas dentro da mais restrita realidade”. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 14).

A Diretoria Geral do Interior reiterou que a primeira ação tomada seria a realização do levantamento sobre a realidade educacional das diferentes localidades. Dessa forma, a transformação educacional do Estado aconteceria por meio do “grandioso” trabalho “intensivo e extensivo”, conforme anunciava Vasco Reis, em consonância com o que ficou demarcado no congresso:

As teses apresentam aqui a convicção de que o magistério primário de nossa terra vem trabalhando com entusiasmo e patriotismo para elevar o nível intelectual de nossa gente, honrando as tradições herdadas dos antepassados e concorrendo assim para o progresso moral e intelectual de Goiás. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 34).



A questão do professor também foi pauta de artigo publicado pela professora Amália Hermano Teixeira, uma das protagonistas na disseminação da Escola Nova no Estado de Goiás, na revista de nº 9, sob o título “Programa do Ensino na Escola Nova”. O texto da professora revela, de certo modo, uma das perspectivas que o poder público tinha com relação à implantação da Escola Nova.

A criança, até então abandonada, passa a ser objeto de estudos sistematizados. Métodos, modos e formas de ensino são deixados, ou melhor, são modificados. As preciosas obras de Sócrates, Pestalozzi, Decroly, Herbart, Rousseau e pedagogos outros antigos são chamados a colaborar na grande obra de reorganização pedagógica. Bem sabemos nós, foram dos grandes filósofos e educadores do passado as teorias em que basearam os princípios da Escola Nova. E unidas, de mãos dadas, a Psicologia Educacional, a Biologia, a Sociologia e a pedagogia formaram o alicerce sobre o qual se levanta segura, vitoriosa, a escola de nossos dias. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 9, 1939, p. 7).

As duas outras revistas apresentam seu conteúdo em sete seções: colaborações, discurso, transcrições, programa, legislação e noticiário escolar. Pretendeu-se verificar qual o conteúdo que habita cada seção.

Quadro 7 – Seção Colaborações

SEÇÃO COLABORAÇÕES		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA
A.A. Fleury/ <i>Catedrático de química do Liceu de Goiás</i>	Livros Didáticos	N.9
Amália Hermano Teixeira/ <i>Não consta</i>	Programas do Ensino na Escola Nova	N.9
Dr. Victor Coelho de Almeida/ <i>Não consta</i>	Versos áureos pitagóricos de Lysis	N.9
Ophelia S. do Nascimento Monteiro / <i>Profa de Didática da E. Normal Oficial</i>	Testes	N.9
Cristina Dias/ <i>Professora técnica de Minas</i>	Organização das classes primárias.	N.9
Jandira Hermano/ <i>Não consta</i>	Testes	N.9
<i>Não consta</i>	Férias escolares (nota/ aviso)	N.9
Costa Rego / <i>Não consta</i>	O recenseamento	N.9
E. F. Kunicki/ <i>Professor</i>	No ensino da História Pátria e da Geografia	N.12
Laurinds S. de Oliveira Moura/ <i>Diretora em Bonfim</i>	Exemplo de Ensino de Linguagem do 1º ano	N.12
Iveta Cunha Campos/ <i>Não conta</i>	O dever e a escola	N.12
Alice Aquino/ <i>Professora</i>	Personalidade do professor	N.12
Maria M. Saldanha/ <i>Não conta</i>	Educar	N.12
Modestina das Dores Fonseca/ <i>Não consta</i>	Plano de Aula – Língua Pátria e Substantivo	N.12
Prof. Hélio Povoá / <i>Chefe do serviço de Nutrição da Policlínica do Rio de Janeiro.</i>	Decálogo Alimentar	N.12
SEÇÃO DISCURSO		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA
Dr. Vasco dos Reis/ <i>Secretário Geral de Interiores</i>	Discurso: paraninfo da turma de normalistas que terminaram o curso no correto ano, na Escola Normal Oficial	N.9
Maria de Lurdes Lisboa e Castro/ <i>Não conta</i>	Discurso: homenageia o dia da árvore dia 21 de setembro	N.12
SEÇÃO TRANSCRIÇÕES		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA
Dr. Máximos Domingues/ <i>Não conta</i>	A Educação e o seu espírito criador	N.12
	O Magistério Primário – A Nacionalização do professorado	
SEÇÃO PROGRAMA/LEGISLAÇÃO		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA

XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA		
LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS		
27 A 31 DE JULHO DE 2015		
FLORIANÓPOLIS - SC		
Não conta	Programa das Escolas Complementares	N.9
	Legislação Escolar	N.12
SEÇÃO NOTICIÁRIO ESCOLAR		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA
Não conta	1) Nomeação para o cargo de 2) Instalação do Conselho de Educação. Para auxiliar a administração do ensino goiano. Reorganizado por ato da Interventor Federal. 3) Concurso para 3 cadeiras nos grupos escolares de Bomfim e de Cristalina. 4) A Interventoria Federal por meio de decreto aumenta o quadro de funcionários da Escola Profissional Rural de Rio Verde. 5) O Grupo Escolar Modelo, aumenta mais uma Cadeira por razão de aumento de alunos. O estabelecimento atente 600 alunos 6) Substituição da diretoria Geral de Educação 7) Enviada pelo Dr. Lourenço Filho, Diretor do Instituto de Estudos Pedagógicos, do Rio, a sumula da legislação do ensino deste Estado. Depois de efetuar o trabalho, foi o mesmo devolvido aquela autoridade para o fim de ser elaborada a reforma da instrução em todo País.	N.9
	Inauguração do novo prédio do Grupo escolar de Corumbaíba	N.12

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940)

Na primeira fase, observa-se que a revista foi criada pelo Decreto nº 3.482, de 12 de junho de 1933, com o objetivo de divulgar o novo ideário educacional que circulava pelo País. Após o Primeiro Congresso de Educação, as ações começaram a emergir no cenário educacional do Estado e a Revista se esmerou na tarefa de esclarecimento e difusão dos princípios escolanovistas. A ideia era estimular o professorado goiano para a renovação da prática pedagógica em sala. Assim, a revista de nº 2 foi emblemática, não somente por se dedicar ao Primeiro Congresso de Educação do Estado, mas, principalmente, por discutir e fazer circular a nova estrutura do Ensino Primário do Estado de Goiás, cuja perspectiva era integrar Goiás ao projeto nacional de “Pátria Unificada”.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, M. H. C. **A Revista do Ensino-RS: o novo e o nacional em revista**. 1. ed. Pelotas: Seiva, 2005. v. 1.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação: Revista de Ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

BRZEZINSKI, I. **A formação do professor para o início de escolarização**. Goiânia: UCG.SE/GO.ABEU; 1987.

BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.



BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANEZIN, Maria Teresa; LOUREIRO, Walderês Nunes. **A escola normal em Goiás.** Goiânia: Ed. UFG, 1994. (Coleção documentos goianos; 28).

CARVALHO, M. M. C. Pedagogia da escola nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 87-105, 2005.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. **A educação em revista:** a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. **Catálogo da imprensa periódica educacional paulista (1890-1996).** São Paulo: Plêiade, 1999. v. 1.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **À BEIRA da falésia.** Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2003.

CUNHA, Marcus Vinícius da (Org.). **Ideário e imagens da educação escolar.** Campinas : Autores associados, 2000. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 73).

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da educação e história cultural. In: GREIVE, Cynthia Veiga; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 49-75.

GINSBURG, C. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: **MITOS, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945) **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewfile/2242/1874> Acesso em: 5 dez. 2012.

HUNT, L. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J.; CHATIER, R.; REVEL, J. **A história nova.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. (Coleção repertórios).

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et al. (Org.). **História da educação em Minas Gerais.** Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

MIALARET, Gaston (Org.). **Educação nova e mundo moderno.** Lisboa: Arcádia, 1971.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão Pedagógica – 1930-1945:** estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1994.



NÓVOA, António. **Histoire & comparaison (Essais sur l'éducation)**. Lisboa: Educa, 1998.

Ó, Jorge Ramos do; CARVALHO, Luís Miguel. Sobre a circulação do conhecimento educacional: três incursões. In: Ó, Jorge Ramos do; CARVALHO, Luís Miguel. **Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógica moderno (1880-1960)**: estudos comparados Portugal-Brasil. Lisboa: Educa, 2009. (Coleção ciências da educação; 7).

PINTO, Rubia-Mar, **Modernidade e nacionalismo no coração do Brasil**: cidade e escola (re) inventando o Brasil (1937 – 1945). 31ª Reunião anual da ANPED. GT de História da Educação. Caxambu/MG. 2008.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção história e historiografia).

REIS, Ana Carolina Godinho; PADILHA, Caio Augusto Toledo. **Educar para o trabalho**: um breve estudo sobre o ensino profissionalizante na era Vargas (1930-1945) e no governo JK (1956-1961). 2010. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Caio\\_Augusto\\_Toledo\\_Padilha\\_e\\_Ana\\_Carolina\\_Godinho\\_Reis\\_UM\\_BREVE\\_ESTUDO\\_DO\\_ENSINO\\_PROFISSIONALIZANTE\\_ERA\\_VARGAS\\_JK.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Caio_Augusto_Toledo_Padilha_e_Ana_Carolina_Godinho_Reis_UM_BREVE_ESTUDO_DO_ENSINO_PROFISSIONALIZANTE_ERA_VARGAS_JK.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2012.

REVEL, J. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: **PROPOSIÇÕES**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

SILVA, Marilda da; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **Pesquisa em educação**: métodos e modos de fazer. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino**: a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v. 6).

## FONTES

GOIÁS. **Decreto nº 3.482, de 12 de junho de 1933**. Goiânia: Imprensa Oficial, 1933.

GOIÁS. **Decreto-Lei nº 186, de 24 de novembro de 1945**. Goiânia: Imprensa Oficial, 1945.

GOIÁS. **Decreto n. 490, de 2 de dezembro de 1958**. Goiânia: Imprensa Oficial, 1958.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia, Órgão da Diretoria Geral do Interior, n. 2, p. 1-50, nov./dez. 1937.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão da Diretoria Geral do Interior, ano 3, n. 9, p. 1-32, nov./dez. 1939.



REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Tipografia Popular J. Câmara e Irmãos, ano 5, n. 12, set./out. 1940.